



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

23/06/2022 – ELEIÇÕES 2022

Competitividade e produtividade da indústria brasileira dependem de salto na educação

CNI apresenta 21 propostas para eleições 2022 com foco em cinco eixos para o Brasil superar os desafios históricos. Valorização do magistério e ampliação da EJA e da educação profissional são fundamentais

A competitividade da indústria brasileira e dos outros setores da economia passa, fundamentalmente, pela educação. A lógica da produção vem mudando rapidamente nos últimos anos, exigindo novas competências e habilidades. As empresas vão demandar formação contínua dos seus trabalhadores, para suprir as lacunas que estão surgindo com o progresso tecnológico.

A retomada do crescimento e o aumento da produtividade exigem um sistema educacional que ofereça oportunidades a todos e esteja sintonizado com os avanços da sociedade, da ciência e da tecnologia. Sem isso, não serão ofertados aos estudantes as competências e as habilidades exigidas pela economia contemporânea que está delineando o trabalho do futuro.

O caminho é longo. Em 2019, apenas 69% dos alunos que iniciaram o ensino fundamental concluíram o ensino médio aos 19 anos de idade. Isso significa que um terço dos alunos ficou pelo caminho sem completar sua escolarização.

Para além da questão da permanência na escola, o Brasil tem tido pouca efetividade nos resultados de aprendizagem. Entre 1999 e 2019, a parcela de estudantes do terceiro ano do ensino médio com aprendizado adequado em matemática caiu de 11,9% para 10,3%. Tal fato indica que o país vem mantendo um patamar muito baixo de aprendizagem nos últimos 20 anos.

Além disso, o Brasil contabiliza cerca de 66 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não frequentam a escola e não têm ensino médio completo. No entanto, em vez de apostar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) para recuperar esse contingente, o número de estudantes na modalidade tem caído vertiginosamente: de 2006 a 2021, houve queda de 47% nas matrículas

Esses indicadores mostram que o Brasil tem desafios históricos a enfrentar no campo da educação e se encontra, ainda, distante de promover padrões desejáveis de aprendizagem à população. Para a indústria, a melhoria da educação no Brasil deve ser prioridade para o próximo governo e um conjunto de propostas nesse sentido está contemplado no documento *Educação: A Juventude e os desafios do Mundo do Trabalho*, que faz parte das [Propostas da Indústria para as Eleições 2022](#) entregues pela [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#) aos pré-candidatos à Presidência da República.

“Os países mais desenvolvidos têm buscado aperfeiçoar suas políticas educacionais, com atualização de seus currículos, renovação de metodologias de ensino e forte investimento na formação e na atualização de professores. No Brasil, esse avanço exige tempo, investimento, inovação e, acima de tudo, colaboração



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

da sociedade e de todas as esferas de governo. Sem isso, não vamos conseguir preparar o jovem brasileiro para o trabalho do futuro”, analisa o diretor de Educação e Tecnologia da CNI, Rafael Lucchesi.

Propostas estão organizadas em cinco eixos

Para apoiar o Brasil na superação dos desafios históricos da educação, a CNI estruturou as propostas da indústria em cinco eixos: consolidação do novo ensino médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), incorporação de novas tecnologias, com promoção da inovação; investimento na formação dos professores e valorização da carreira docente; ampliação da educação profissional e aprimoramento da Lei da Aprendizagem; e utilização de metodologias inovadoras na EJA.

Os números a seguir dão a dimensão dos problemas que o Brasil precisa enfrentar para garantir a qualidade da educação, sobretudo, na rede pública de ensino, que concentra cerca de 80% das matrículas na educação básica, segundo o Censo Escolar 2021 (INEP/MEC):

→ **A pandemia agravou os desafios de aprendizagem.** Sem aulas presenciais por praticamente dois anos, houve aumento considerável do percentual de crianças entre seis e sete anos que não sabiam ler e escrever. Em 2019, essa parcela era de 25,1%; subiu para 32,9%, em 2020; e chegou a 40,8%, em 2021. Isso representa cerca de 2,4 milhões de crianças de 6 e 7 anos não alfabetizadas, segundo nota técnica divulgada pela ONG Todos pela Educação.

→ **Para além dos déficits de aprendizagem, os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) revelam disparidades nos resultados das diferentes regiões do país.** Enquanto, no Distrito Federal, 18,3% dos estudantes do 3º ano do ensino médio apresentam aprendizado adequado em Matemática, no Amapá esse percentual é de apenas 2,6%.

→ **As altas taxas de abandono e de reprovação no ensino médio representam um sinal de alerta,** pois impactam sobremaneira na taxa de conclusão da Educação Básica. Conseqüentemente, o Brasil fica entre os países com os menores percentuais de adultos com o ensino médio completo: apenas 57%, contra 92% no Canadá e 67% no Chile.

→ **Há um problema de elevada evasão escolar associado à falta de preparo para o mercado de trabalho.** Essa conjunção pode contribuir para ampliar a parcela de jovens entre 15 e 29 anos que nem estudam e nem trabalham, que soma 11,6 milhões ou 23,7% da população nesta faixa etária (Pnad/IBGE). Para a CNI, o custo dessa marginalização é elevado, uma vez que significa estagnação da escolaridade dos jovens e maior dificuldade de inserção e permanência desse contingente no mercado de trabalho.

→ **A pandemia também escancarou a falta de acesso dos estudantes à tecnologia e à internet.** Em 2019, a pesquisa TIC Educação (CETIC) mostrou que 39% dos alunos de escolas públicas urbanas não contavam com nenhum tipo de computador em casa – na rede privada, são 9%. Já em 2020, a TIC Domicílios (CETIC) apontou que, apesar de 83% dos domicílios terem acesso à rede, essa parcela cai para 64% nas classes D e E. As escolas precisam oferecer oportunidades para que estudantes se apropriem de novas tecnologias, que são importantes ferramentas para favorecer oportunidades de aprendizagem e indispensáveis para o trabalhador do futuro.

→ **Permanece o desafio da formação e da valorização dos professores.** Qualquer política pública educacional só terá chance de sucesso se o Brasil investir fortemente nos docentes. Esse foi o caminho



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

seguido pelos países que mais avançaram e alcançaram o topo do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). É preciso valorizar os profissionais do magistério e assegurar os planos de carreira nos municípios, além de implantar programas voltados à capacitação dos docentes.

→ **A importância estratégica da educação profissional.** Modalidade com foco na preparação para o mercado de trabalho, a educação profissional e tecnológica é elemento central para o enfrentamento dos desafios associados à produtividade e à competitividade das empresas. É preciso ampliar o acesso e o reconhecimento da modalidade, como já ocorre em outros países. Na União Europeia, por exemplo, 43% dos estudantes do ensino secundário fazem educação profissional. No Brasil, esse percentual era de 9%, segundo o documento Education at a Glance 2021 (OCDE). Com o novo ensino médio, abriu-se a possibilidade de ampliação da formação profissional, permitindo que jovens adquiram, mais cedo, qualificações profissionais valorizadas no mercado, mas é necessário garantir o alcance e a qualidade.

→ **66 milhões de brasileiros não frequentam a escola e não têm o ensino médio completo** e o país não tem conseguido resgatar esses jovens e adultos para sala de aula. No ano passado, eram apenas 2,9 milhões de alunos na EJA. Outro ponto relevante é que só 2,2% (64 mil) das matrículas da EJA são na modalidade integrada à educação profissional, percentual distante da meta do Plano Nacional de Educação (PNE), de 25%. Os dados são da PNAD Contínua 3º trimestre 2021 e do Censo Escolar.

A indústria elencou 24 propostas para a educação. Conheça as principais:

Consolidação do Novo Ensino Médio e da BNCC

- Articular um regime de colaboração entre os entes federativos para que os estados, o Distrito Federal e os municípios tenham condições técnicas e financeiras para planejar, acompanhar e executar, de maneira exitosa a implementação do Novo Ensino Médio.
- Apoiar e criar condições efetivas para que todas as escolas possam ofertar os diferentes itinerários formativos, especialmente o de Formação Técnica e Profissional, garantindo que todos os estudantes tenham a possibilidade de fazer escolhas alinhadas a seus projetos de vida.

Tecnologia e inovação

- Implantar a cultura digital na rede pública de ensino, garantindo a infraestrutura tecnológica necessária para que todas as escolas tenham equipamentos, conexão com a internet, serviços de armazenagem na nuvem e uma formação continuada da comunidade escolar, para saber lidar com as mudanças da era digital.
- Elaborar políticas e diretrizes pedagógicas para o uso de tecnologias educacionais, que fomentem a interdisciplinaridade, a resolução de problemas e o desenvolvimento de habilidades para a tomada de decisões, fortalecendo a cultura maker e colaborando, dessa forma, para o alcance das competências preconizadas na BNCC.



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Formação dos professores, salário e carreira docente

- Garantir que a Base Nacional Comum para a Formação Inicial e a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da educação básica sejam implementadas em todos os cursos de Pedagogia e licenciaturas no país e em todos os processos de formação continuada.
- Valorizar os profissionais do magistério e assegurar a existência de planos de carreira em todos os municípios brasileiros, como preconiza o PNE.
- Desenvolver e apoiar a oferta de cursos de licenciatura organizados por área de conhecimento, com foco no desenvolvimento de competências e habilidades docentes.

Educação Profissional e Lei da Aprendizagem

- Identificar e implantar mecanismos de previsão permanente das necessidades (qualitativas e quantitativas) do mercado de trabalho em termos de competências e perfis profissionais, com vistas a adequar a oferta da educação profissional e tecnológica às demandas de médio e longo prazo dos setores produtivos.
- Implantar um sistema nacional de avaliação da educação profissional, para definir indicadores capazes de avaliar a qualidade e a efetividade dos cursos ofertados, envolvendo a coleta e análise de informações sobre o desempenho dos alunos, dos docentes e gestores, das instituições de ensino e dos programas de educação profissional e tecnológica.
- Estimular a Aprendizagem Profissional enquanto itinerário de formação técnica e profissional no ensino médio, buscando fortalecer o diálogo com os setores produtivos, por meio da atuação das respectivas instituições de educação profissional e tecnológica.

Educação de jovens e Adultos (EJA)

- Ampliar as matrículas na educação de jovens e adultos, especialmente na modalidade profissionalizante.
- Fomentar e expandir processos de certificação de competências de jovens e adultos, utilizando metodologia de reconhecimento de saberes para valorizar conhecimentos e habilidades adquiridos ao longo da vida.

Atendimento à Imprensa

(61) 3317-9406 / 9578

imprensa@cni.com.br



/cniBrasil



@CNI_br



@cniBr



/cniweb



/cniweb



/cniweb

agência
de notícias
da indústria

noticias.portaldaindustria.com.br